A reputação como objetivo regulatório

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A confiança como patrimônio do Estado

Singapura trata a reputação de seu centro financeiro como um bem público, comparável à sua moeda ou ao seu porto. O Comitê Interministerial abriu seu relatório com a frase de que a confiança é "a pedra angular de um centro financeiro e de negócios sólido".[1] A Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (National Anti-Money Laundering Strategy), publicada no fim do mesmo mês, afirma que o combate aos fluxos ilícitos reforça a reputação de Singapura como centro financeiro internacional confiável.[2]

A razão está na situação de Singapura. Um Estado pequeno, sem recursos naturais, depende da disposição de empresas e governos estrangeiros de confiar em suas instituições. A perda dessa confiança afetaria o correspondent banking, a disposição de reguladores estrangeiros de cooperar e as decisões das empresas legítimas que compõem a maior parte do centro. O custo de uma reputação de dinheiro sujo recairia, portanto, sobre toda a economia, muito além das instituições envolvidas.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Fomento e supervisão numa só autoridade

Os dois choques puseram à prova também uma característica do sistema de Singapura descrita no capítulo C.V. A Monetary Authority of Singapore (MAS) é ao mesmo tempo supervisora do setor financeiro e órgão encarregado de desenvolvê-lo. Os críticos veem aí um conflito de interesses, pois um regulador que corteja a riqueza pode relutar em punir as instituições que a trazem. O histórico dos dois casos aponta na direção oposta. No caso 1MDB, a MAS fechou dois bancos e puniu outros seis, inclusive o maior banco local. Em 2025, puniu o grupo UOB, um dos três grupos bancários locais, junto com alguns dos mais destacados bancos privados internacionais.

A estrutura legal sustenta essa escolha. Segundo o MAS Act, como explica o capítulo E.I, o desenvolvimento do centro financeiro está subordinado à sua solidez. Os casos mostram que a MAS aplicou essa hierarquia quando foi preciso. Mostram também os limites da supervisão. Nos dois casos, as irregularidades haviam durado anos antes de serem descobertas.

A avaliação do GAFI de 2026

O teste externo veio com a avaliação mútua do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FATF). A avaliação anterior, de 2016, havia constatado um marco jurídico e institucional sólido.[3] O relatório da quinta rodada, publicado em 6 de maio de 2026, concluiu que Singapura dispõe de "um marco e um processo robustos e eficazes de combate à lavagem de dinheiro". Colocou Singapura em acompanhamento regular (regular follow-up), o procedimento reservado aos membros com bom desempenho, o que a MAS descreveu como uma melhora em relação aos resultados de 2016.[4]

O GAFI também identificou pontos a melhorar. A consciência dos riscos de financiamento da proliferação poderia melhorar em certos setores, entre eles os escritórios de representação de Estados de bandeira estrangeiros. Singapura poderia ainda reforçar suas medidas de mitigação de risco para pessoas jurídicas estrangeiras

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

e estruturas jurídicas (legal arrangements) estrangeiras.[5] O segundo ponto diz respeito diretamente ao caso de 2023, em que empresas estrangeiras tiveram papel central, e às estruturas de trust examinadas no capítulo E.IV.

Os custos da vigilância

Um regime mais rigoroso tem custos. O onboarding demora mais, os dossiês engordam e alguns clientes legítimos consideram as exigências invasivas. O governo reconheceu abertamente essa tensão, como mostra a insistência do Comitê numa abordagem baseada no risco. O equilíbrio atual procura aplicar o exame mais rigoroso aos clientes cujo patrimônio é grande, recente e difícil de explicar, permitindo ao mesmo tempo que os clientes comuns sejam atendidos em prazo razoável.

Os incentivos para family offices examinados no capítulo E.III foram o ponto de tensão mais visível. O rápido crescimento dos single family offices havia trazido a Singapura um volume considerável de nova riqueza, enquanto as operações policiais de 2023 voltaram a atenção pública para as verificações aplicadas aos fundadores desses escritórios. O capítulo E.III descreve como as condições dos incentivos evoluíram. O episódio ilustra a lição geral deste capítulo. Um centro que se promove junto aos ricos do mundo deve esperar que alguns deles testem suas defesas. Sua reputação depende, então, de como reage.

Notas

1. Inter-Ministerial Committee on Anti-Money Laundering, *Report*, outubro de 2024, Foreword: “Trust is the cornerstone of a sound financial centre and business hub.” ↩
2. Monetary Authority of Singapore, *National Anti-Money Laundering Strategy*, 30 de outubro de 2024, capítulo 1: a estratégia trata de atividades ilegais e fluxos de recursos ilícitos e “reinforces Singapore’s reputation as a trusted international” financial centre and business hub. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

3. Inter-Ministerial Committee on Anti-Money Laundering, *Report*, outubro de 2024, quadro "What is the Financial Action Task Force?": em sua avaliação mútua de 2016, o GAFI considerou que Singapura tinha "a strong legal and institutional framework to fight money laundering and terrorism financing". ↩

4. Monetary Authority of Singapore, "Singapore has a robust framework for combatting financial crime, according to international body", comunicado à imprensa, 6 de maio de 2026 (mas.gov.sg, acesso em novembro de 2026): o GAFI concluiu que Singapura tem "a robust and effective framework and process to counter money-laundering"; Singapura colocada em acompanhamento regular, uma melhora em relação aos resultados da quarta rodada, em 2016. ↩

5. Monetary Authority of Singapore, "Singapore has a robust framework for combatting financial crime, according to international body", 6 de maio de 2026: pontos a melhorar relativos à consciência do risco de financiamento da proliferação em setores como os escritórios de representação de Estados de bandeira estrangeiros e à mitigação de risco para pessoas jurídicas e estruturas jurídicas estrangeiras. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.